

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2023

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta e oito minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artº 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, o Executivo Municipal, os membros da Assembleia, bem como o público que acompanha esta sessão através da página do Facebook do Município. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro; Maria João Reis Martins, António Manuel Aires Correia e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE AGROBOM, SALDONHA E VALPEREIRO, pelo seu Presidente, Eduardo Manuel Morais Almendra, da FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, pelo representante da sua Presidente, Nuno Miguel Carlos Camelo; da FREGUESIA DE CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, pelo seu Presidente, Hélio José Madureira Aires, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; da FREGUESIA DE VILARELHOS, pela sua Presidente, Célia Cristina Sá Alcarva Pancha. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Simões Martins, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Daniel Guedes dos Santos Martins, Ivanete Solange Carona Escobar e Carlos Manuel Reboredo Almendra. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e da FREGUESIA DE VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Esteve representada a JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, pela Tesoureira, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes. -----

----- Por fim, a JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. -----

----- Verificaram-se as ausências, na **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, de Bruno Miguel Rebouta Rachado e de Clara da Conceição Sousa Alves, que justificaram a sua falta. -----

----- Assim, houve vinte e cinco presenças e duas ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, referindo-se à questão das faltas e à consequente informação dada pela Segunda Secretária relativamente ao facto da Senhora Deputada Clara

S.



R.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Alves ter enviado a comunicação da justificação da sua falta, com a solicitação do pedido de substituição, para o correio eletrónico dos membros da Mesa, esclareceu que, sem prejuízo de enviarem as comunicações para a Mesa da Assembleia, é conveniente que enviem também para os Serviços da Câmara Municipal para estes, posteriormente, poderem convocar o membro seguinte da lista em causa, porque se enviarem apenas para os membros da Mesa, a falta apenas é considerada, por norma, justificada, mas não se procederá à substituição do respetivo membro. Deu, de seguida, continuidade aos trabalhos com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) *Informações gerais e expediente;* -----

----- b) *Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2023 e sessão ordinária do dia 24-06-2023);* -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento):** -----

----- a) *Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* -----

----- b) *Relatório de Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM e Adenda ao Contrato) - 2º Trimestre de 2023 – para CONHECIMENTO;* -----

----- c) *Revogação das deliberações tomadas no âmbito da Aprovação dos Financiamentos à Linha Bei PT 2020 Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos Programas do Portugal 2020 – para APROVAÇÃO;* -----

----- d) *Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Proposta de percentual a aplicar em 2024, Aprovação pelo órgão executivo, e envio ao órgão deliberativo para se pronunciar nos termos da alínea ccc) do nº 1, do artigo 33.º, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro – para APROVAÇÃO;* -----

----- e) *Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Municipal -1º semestre 2023 - para CONHECIMENTO;* -----

----- f) *Relatório de acompanhamento 1º Semestre de 2023 do Revisor Oficial de Contas - para CONHECIMENTO;* -----

----- g) *Proposta de Modificações aos Documentos Previsionais de 2023 -18ª Alteração, 4ª Alteração Modificativa ao OM/GOPS 2023 – para APROVAÇÃO e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a Proposta de Modificação ao Orçamento – Revisão Orçamental;* -----

----- h) *Fornecimento de Energia Elétrica e Gás Natural para as instalações dos Municípios da CIM-TTM - para APROVAÇÃO;* -----

----- i) *Pedido de Autorização para Assunção de Compromissos plurianuais dos encargos com a educação para o Ano Letivo 2023-2024 – para APROVAÇÃO;* -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento)** -----

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, informou que deu entrada nos serviços um ofício da Câmara Municipal de Bragança com uma Moção "Indignação sobre as Medidas do Governo em relação à desclassificação do Museu Abade Baçal e da Domus Municipalis. Deu ainda entrada nos serviços uma comunicação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses sobre o seu XXVI Congresso, bem como uma comunicação da AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, com um pedido de colaboração sobre o Estudo Nacional sobre a



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'CAF'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Organização e Funcionamento das Assembleias Municipais. Deu também entrada um pedido de justificação do Deputado Carlos Almendra. O Senhor Presidente da Assembleia disse que, excecionalmente, pediu para incluir este expediente neste ponto porque este Senhor Deputado desconhecia que o facto de ter faltado à sessão da Assembleia Municipal do dia vinte e cinco de abril, implica o registo de duas faltas, uma vez que neste dia, houve uma sessão ordinária e uma sessão extraordinária, sendo por isso sessões distintas, correspondendo, por sua vez, a faltas distintas. Informou depois que a Mesa entendeu dar por justificada a falta deste Senhor Deputado, e que por isso poderia retomar, o seu normal funcionamento na Assembleia Municipal. Por fim, o Senhor Presidente informou que deu entrada outra comunicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Congresso, através da qual foi enviado o Cartão de Delegado. Informou que todo este Expediente se encontrava na Câmara Municipal e poderá ser consultado sempre que o entendessem. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao sub-ponto: -----

----- *b) Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2023 e sessão ordinária do dia 24-06-2023);* -----

----- Colocou à consideração da Assembleia a retirada deste ponto, uma vez que estas atas não estavam concluídas e não foram enviadas juntamente com o restante expediente. A Assembleia concordou com a retirada deste ponto.-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Carlos Brás**, perguntou aos Senhores Deputados quem se pretendia inscrever neste ponto. Inscreveram-se neste ponto a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão, Otelinda Sofia Jacinto, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, os Senhores Deputados Municipais, Bruno Veríssimo e Daniel Martins e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais, Virgílio Amaro. -----

----- Começou por usar da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão, **Otelinda Sofia Jacinto**. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que o motivo da sua intervenção era mostrar o seu descontentamento relativamente ao transporte escolar, nomeadamente sobre o autocarro que levava os alunos de Alfândega da Fé até Vilarchão. Disse que os alunos saíam de Alfândega da Fé às cinco horas e meia da tarde e estavam a chegar a Vilarchão pelas seis e vinte, fazendo o trajeto de Alfândega da Fé, Cerejais, Sendim da Ribeira, Parada e Vilarchão. Explicou que o autocarro saía e atravessava a vila até à Zona Industrial, indo até à rotunda do IC5, onde parava, para saírem três crianças. Voltava depois a retomar a viagem até ao Cerejais, depois ao Sendim da Ribeira e por fim chegava a Vilarchão. Pediu depois para lhe dizerem o porquê da alteração do trajeto. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, **Diamantino Mário Lopes**, que por sua vez iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que trazia algumas questões que o preocupavam e uma tinha a ver com a sua função, enquanto Presidente de Junta, relativamente à aldeia do Pombal. Disse que tinha o compromisso, bem como o Executivo Municipal, de procederem à repavimentação da estrada que ligava Alfândega da Fé ao Pombal e que há pouco tempo tinha sido contactado no sentido de o informarem de que esta obra iria ser incluída num determinado programa. Alertou, dizendo que o tempo urgia e que tinha de dar respostas à população, pelo que gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta obra. Para além disso, também gostaria de saber a situação do processo da venda da escola primária, dizendo que tinha sido cara mas que concordava com essa venda e que inicialmente o objetivo era que servisse de museu, mas tinha servido mais para armazém. Entretanto disse que depois da venda havia o compromisso da Câmara transferir o dinheiro para a Junta de Freguesia, mas explicou que não queria o dinheiro, queria sim a obra feita, assumindo depois o compromisso de participar metade da obra, para poderem remodelar a zona da "Eirinha". Informou que já tinha um projeto e que queria dar continuidade para que em tempo útil a obra fosse executada. Continuando, disse que gostaria de ver limpas as valetas que iam da estrada do Pombal até Vilarelhos, pois uma vez que

S.



R.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Bruno Verissimo' and other illegible marks.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

as valetas eram de cimento, com as chuvas que tinha havido, em algumas zonas, o lixo tinha-se acumulado e a água saltava para a estrada. Informou que, enquanto Presidente de Junta, já tinha mandado limpar algumas mas faltava dar continuidade ao trabalho, uma vez que era uma competência da Câmara, disse. Continuou a sua intervenção dizendo que, enquanto professor da Escola Secundária, também tinha algumas preocupações. Disse que, na sequência de um estudo que tinha feito, a escola, há 30 (trinta) anos atrás tinha 910 (novecentos e dez) alunos, há 20 (vinte) tinha cerca de 800 (oitocentos), há 10 (dez) anos tinha cerca de 500 (quinhentos) e hoje tinha 350 (trezentos e cinquenta). Disse depois que as obras que estavam a decorrer eram necessárias e que já deveriam ter acontecido há mais tempo, mas estavam a demorar mais tempo do que aquilo que desejariam e para além disso também referiu que a comunicação entre as entidades envolvidas nesta obra nunca tinha funcionado muito bem, e que, com algumas responsabilidades que tem na escola, nunca tinha conhecido o calendário daquela obra e deduziu que se ele não conhecia, a maioria dos seus colegas também não conheciam. Disse que toda a comunidade escolar, desde os professores, aos funcionários e também aos alunos, têm feito um sacrifício por não terem as instalações mais adequadas e que praticamente não tinham um ponto de encontro de professores para poderem trocar impressões e fazerem o trabalho coletivo que devia ser feito e por isso, gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta situação da obra da Escola, também para saber para quando estava prevista a sua conclusão, porque entretanto, havia outro assunto que o preocupava que era perceber que a obra ia ser executada mas que não haveria dinheiro para mobiliário e que teriam de se desenrascar com o existente. Disse que a preocupação surgiu porque na passada sexta-feira viu um conjunto de sofás na parte exterior de um pavilhão e que inclusive estavam cheios de miúdos e que provavelmente não estariam em condições de voltarem a ser usados no interior da escola. Disse que teve conhecimento que esses sofás estavam com um aspeto um pouco degradado e que se fossem forrados, poderiam ganhar alguma dignidade para poderem ser colocados no interior da Escola, mas caso contrário, não lhe pareciam bem e que por essa razão, gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara. De seguida, na qualidade de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé, disse que estavam a terminar a época de incêndios e que tinha sido uma época que corra bastante bem e que praticamente não tinha ignições no Concelho e isso era bom para os homens que estavam no quartel e também era bom para a população, para o equipamento e para a sociedade. Contudo, relativamente aos compromissos que existiam entre a Câmara Municipal e esta Associação, disse que eles eram cumpridos de forma tardia. Isto porque no ano anterior fizeram algum transporte de água para a aldeia de Soeima e parte desse dinheiro gasto ainda não tinha sido regularizada, concordando, no entanto, que a Câmara tinha feito um grande esforço no sentido de lhes atribuírem um camião-cisterna, que dava outra garantia aos Bombeiros e à população em geral, mas mesmo assim, gostariam de ver cumpridos os compromissos de forma mais atempada. Relativamente ao transporte de doentes oncológicos que a Câmara fazia, através dos Bombeiros, e muito bem, à população, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes disse que também havia algum atraso no pagamento das faturas e por isso também gostariam de ver esta situação regularizada. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado **Bruno Verissimo**, que, por sua vez, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referiu-se depois ao Programa Mais Economia. Disse que quando tinha sido lançado este Programa, ele serviria para apoiar os nossos empresários que pretendessem criar novos postos de trabalho, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade nesta sala e na verdade até tinham ampliado os postos de trabalho, mas que até aos correntes dias ainda nada tinha sido pago e não sabia quando seria. Entretanto disse que seria uma iniciativa para dar continuidade no próximo ano, pois era uma iniciativa bastante boa, mas como já estavam no mês de setembro e o primeiro programa ainda não tinha sido cumprido, não lhe parecia muito bem dar continuidade. Continuando, referiu-se depois à obra da Casa do Arcebispo, dizendo que a dúvida que tinha era se os autos de medição que tinham sido pagos, que iriam ser comparticipados a 70% (setenta por cento) ainda iam ser pagos ou qual era o valor que a Câmara terá de pagar, em detrimento de não executarem a obra, pelo menos durante este Quadro Comunitário. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado Municipal, **Daniel Martins**, começando a sua intervenção por dizer que estava bastante feliz por viver num Concelho em que os incêndios eram quase nulos, dando depois os parabéns aos Bombeiros, à Proteção Civil, a quem fez o trabalho de sensibilização por este Município e também aos agricultores, que mantiveram as suas produções intocáveis, protegidas de mato. Agradeceu depois a todos os munícipes que fiscalizaram possíveis ignições, dizendo que era bom não ver colunas de fumo, mas se as houvesse, que continuassem a estar bem longe. Disse ainda que cabia a todos nós fiscalizar e denunciar os criminosos, pois por vezes, trata-se de atos criminosos. Por fim disse que todos estavam de parabéns. Continuando, referiu-se às lombas existentes na entrada sul de Alfândega da Fé, dizendo que umas eram grandes, outras já não eram tão grandes e não se percebia muito bem. Explicou que quem vinha da Zona Industrial para o centro da vila deparava-se com lombas bastante destrutivas, uma vez que já as tinha testado e pensou que no início, quando foram instaladas, aquela instalação seria um erro e que posteriormente, esse erro fosse corrigido, mas não foi. Entretanto disse que o limite de velocidade, segundo as placas que lá estavam, era de 50 km/h (cinquenta quilómetros por hora), mas só conseguiam passar ali sem baixas se respeitassem o limite de 30 km (trinta quilómetros). Sugeriu depois que fossem alteradas as placas e colocassem o limite de 30 (trinta), dando o exemplo de outras cidades onde esse limite já existia, ou então nivelarem as lombas de maneira a que se pudesse passar por elas a 40 km/h (quarenta quilómetros por hora) sem destruir as molas do carro. Disse saber que não será fácil as pessoas respeitarem os limites de velocidade dentro da vila, mas se mantiverem as lombas, estas deveriam ser colocadas em vários outros sítios, como por exemplo no Bairro que está paralelo a esta avenida, onde as pessoas se desviam para "fugir" às lombas e também deveriam ser colocadas na entrada da Vila, na zona para quem vinha da aldeia de Sambade e que, apesar de já ter um semáforo, existem muitas casas antes dele, onde a velocidade também podia não ser respeitada. Disse depois que se as lombas não forem retiradas, pelo menos permitir que sejam mais fáceis de ultrapassar. Continuando a sua intervenção, referiu-se depois a um pedido que já tinha sido feito numa Assembleia anterior sobre o balanço económico da Festa da Cereja. Disse que na altura deu os parabéns pela boa organização deste evento mas que se esqueceu de referir um ponto que entendia ter sido inovador nesta última Festa que foi a disponibilização de copos reutilizáveis. No entanto disse que esses copos foram disponibilizados com um custo de €2,00 (dois euros). Explicou depois que um copo reutilizável desta dimensão correspondia a seis dos descartáveis e que para que fosse sustentável, ambientalmente, teriam que beber mais de seis finos numa noite. Entende que não é muito justo para quem os adquire e bebe pouco. Sugeriu depois a possibilidade de haver a devolução, à semelhança daquilo que acontece em alguns festivais, não pela totalidade do valor, mas, por exemplo, por um euro, podendo estes copos, no ano seguinte, depois de devidamente lavados, voltarem a ser usados. Deu ainda outra sugestão, ou seja, voltarem ao modelo anterior e sensibilizarem a população para reciclarem e manterem o recinto limpo. Disse que as sugestões colocadas seriam uma forma de fazerem alguma justiça para quem frequenta o recinto e ao mesmo tempo ser, ambientalmente, sustentável. Depois perguntou se a Câmara Municipal tinha alguns dados sobre a poupança de água, na sequência da colocação dos redutores de causal que foram distribuídos a toda a população do Concelho e se sabiam se, efetivamente, a população os tinha colocado, na medida em que seria interessante, depois de terem feito este investimento, bem como o trabalho de sensibilização e publicidade, saberem se esta medida tinha tido eficácia. -----

----- De seguida, usou novamente da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, para complementar a sua intervenção anterior. Disse que tinha duas situações que preocupavam as pessoas destas aldeias, sendo uma delas o sinal de STOP, colocado na estrada da subida da zona de Alvaz e que ia de encontro à estrada do Cemitério de Alfândega da Fé. Disse que aquele sinal podia ser substituído pelo sinal de aproximação de estrada com prioridade, não obrigando as pessoas a parar. Referiu depois que era importante proceder a esta substituição do sinal e que já tinha sido enviada uma comunicação neste sentido para a Comissão de Trânsito. A outra situação tinha a ver com a substituição das lâmpadas por leds, isto porque tinha conhecimento que estavam substituídas

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

em praticamente todas as aldeias e pelo menos numa das aldeias desta União de Freguesias, já poderiam ter feito essa substituição -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais, que, por sua vez, disse que quis intervir para manifestar a sua satisfação e alegria pelo debate que estava a acontecer nesta Assembleia, dizendo que durante os dois anos anteriores parecia que "estava tudo adormecido" e que neste dia tinha dado gosto assistir a esta Assembleia. -----

----- Terminadas as intervenções dos membros que se inscreveram para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder às devidas explicações e esclarecimentos solicitados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Eduardo Tavares**, usou da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, bem como os munícipes que assistiam a esta sessão através da página da rede social *Facebook* do Município. Disse que ia pegar nas palavras do Senhor Presidente Virgílio Amaro, pois de facto não poderiam ter melhor maneira de iniciar esta Assembleia Municipal, com um período de antes da ordem do dia tão dinâmico e que ia obrigar a fazer uma série de explicações e dar as respetivas informações, até porque era o seu dever e que muito lhe aprazia de o fazer, tendo depois agradecido, a todos os senhores Deputados que colocaram todas estas questões. -----

----- Começou então a responder à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão, Sofia Jacinto, dizendo que de facto o transporte escolar para Vilarchão não estava a correr bem e já não era só de agora. Disse que tinha conhecimento disso pela Senhora Presidente da Junta, mas também por alguns pais, pois as crianças, subitamente, começaram a chegar mais tarde a casa. Informou que já tinha falado com o Senhor Santos, e a informação que ele deu foi que estava a fazer um circuito um pouco diferente, pois estava com dificuldades de motoristas e de autocarros e para além disso estava à espera do autocarro que vinha de Moncorvo, fazendo a transferência de cinco alunos para as aldeias de Sendim da Serra, Ferradosa e Picões. O Senhor Presidente da Câmara transmitiu que reagiu com algum mau agrado perante esta situação, mas como esta alteração aconteceu no final do ano letivo anterior, entretanto, deixaram passar. Informou depois que no início deste ano letivo foi feita uma reunião preparatória com o Senhor Santos, no sentido de também acautelar esta situação e a informação que ele deu foi que o motivo do atraso dos autocarros teria sido devido às obras que ocorreram no IP2 junto à Quinta da Terrincha. O Senhor Presidente da Câmara disse que alertou o Senhor Santos no sentido de que este novo ano as obras já tinham terminado e a chegada tardia dos alunos às suas casas continuava a verificar-se e pediu-lhe para repor a situação que acontecia inicialmente, para que os meninos cheguem a horas às suas casas, tendo-se comprometido de o fazer. Contudo, o Senhor Presidente da Câmara deixou um alerta à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão, bem como a todos os que estão a ouvir, que se esta reposição não acontecer rapidamente, o Município irá tomar medidas. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes. Relativamente à questão da repavimentação da estrada que liga Alfândega da Fé ao Pombal, disse que a intenção deste Executivo é repavimentar esta estrada e já existe um projeto de execução feito pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, mas explicou que estavam à espera que o Fundo Ambiental abrisse o respetivo Aviso. Explicou que aquela estrada estava incluída no Roteiro de Investimentos das Barragens que foi assinado há dois anos e que para além desta estrada, estavam também inscritas a estrada do limite do Concelho de Torre de Moncorvo até à Gouveia, bem como a estrada municipal da aldeia da Cabreira até à aldeia de Picões. O Senhor Presidente informou depois que, no caso da estrada de Alfândega da Fé ao Pombal, trata-se de um projeto de execução de cerca de €280.000,00 (duzentos e oitenta mil euros) e neste caso não será uma reabilitação integral, pois uma parte do troço estava, razoavelmente, em bom estado, mas irá ter uma grande intervenção. Informou ainda que a vontade deste Executivo era fazer uma pequena reparação e reabilitar alguns troços no meio de outros já reabilitados há cerca de cinco anos, mas por dificuldades financeiras, ainda não foi possível fazê-lo. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou que a Senhora Vice-Presidente da CCDRN, Dr<sup>a</sup> Célia Ramos, lhe disse, há uns

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

dias, que o Aviso estaria para breve e por isso terão de aguardar e logo que haja novidades, informarão. Relativamente à venda da escola, o Senhor Presidente da Câmara explicou que não há dúvidas de que o dinheiro é da Junta de Freguesia, ou seja, os cerca €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) que a venda da escola rendeu e que esse dinheiro será transferido para a Junta de Freguesia, logo que ela o solicite e, fruto da informação dada pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, este dinheiro será para financiar uma obra de reabilitação de um espaço urbano, que é a entrada da aldeia do Pombal e também na zona da Eirinha, ou seja, fazerem uma pequena reabilitação no sentido de embelezar o local, com um miradouro, um espaço de lazer e de convívio. Para além disso disse que a intervenção que irá ser feita será também para beneficiar todo o arruamento até à entrada do Pombal. O Senhor Presidente da Câmara informou depois que o projeto de execução desta obra já estava feito e rondava cerca de €100.000,00 (cem mil euros). Contudo disse que estavam à espera de candidaturas, do próximo Quadro Comunitário, informando ainda que este projeto estava inscrito no Plano de Ação do Município de Alfândega da Fé, no Pacto da CIM-Terras de Trás-os-Montes e tinha a duração de quase dois anos, mas como os preços, infelizmente, aumentaram bastante, certamente que não irá ficar nos cem mil euros, mas logo que tenham uma oportunidade, avançarão com esse trabalho e com essa obra na aldeia de Pombal, disse. Seguidamente e, referindo-se à venda da escola e desse espaço ainda não estar a ter uso, o Senhor Presidente da Câmara informou que estavam a aguardar que o novo proprietário apresentasse o projeto de arquitetura, ao qual se tinha comprometido, para a reabilitação do edifício e fazer daquele espaço, um espaço dedicado ao turismo, no sentido de poderem ter, naquela localidade, uma oferta turística, de alojamento local, pois a venda da mesma tinha sido feita para esse efeito. Relativamente às valetas, o Senhor Presidente da Câmara informou que irão fazer a intervenção não só nas valetas da estrada do Pombal, mas em todas as estradas do Concelho. Como eram muitas estradas, disse que têm que definir prioridades e logo que possam irão para as freguesias de Pombal e Vales e para todas as outras estradas do Concelho. Referindo-se depois às obras na Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé, o Senhor Presidente da Câmara explicou que se tratava de um processo difícil, que tinha tido início em 2014 (dois mil e catorze) e tinha de ser faseado. Lembrou que naquela altura tinham cerca de um milhão e duzentos mil euros de FEDER para financiar uma obra que custava cerca de dois milhões e meio e que a Câmara, obviamente, não tinha o valor remanescente e por isso tiveram que fasear o projeto, ao abrigo das regras e normas que a DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) impõe para este tipo de intervenções. Informou depois que a primeira fase da obra já tinha sido concluída há algum tempo e que mesmo nesta fase tiveram que ratear equipamento, dando o exemplo do ginásio, uma vez que não tinha ficado com o equipamento que deveria ter ficado, precisamente porque não havia dinheiro, para além de outras dificuldades que eram do conhecimento de todos. Continuou, explicando que agora estavam perante a segunda fase da obra e durante esta segunda fase receberam a notícia de que o valor do FEDER tinha sido reforçado e, neste momento, a taxa de financiamento era mais razoável, mas que ainda não tinham os 85% (oitenta e cinco por cento), apenas cerca de 76% (setenta e seis por cento) de financiamento da obra, o que causava algumas dificuldades ao Município. Para além disso, o Senhor Presidente da Câmara disse ainda que houve concursos desertos, aumentos de preços e que por isso terão que voltar a fazer apenas o essencial, pois irá faltar dinheiro para algumas coisas, como por exemplo, não poderão ter todo o mobiliário novo e terão de utilizar o que têm. Explicou ainda que terão de trabalhar no sentido de se candidatarem a outras candidaturas, uma vez que as boas notícias dizem que o PRR irá ser reforçado e que poderá haver dinheiro destinado às escolas. No entanto, esclareceu que a nossa escola não estava contemplada na lista de escolas com necessidades, uma vez que tinha tido esta intervenção recente, contudo estavam a lutar para que fosse incluída na lista, pois são necessários mais trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara, referindo-se ao ponto de situação de execução dos trabalhos, informou que têm estado com dificuldades e que havia atrasos, sendo que o prazo de conclusão seria dia dezoito de setembro, mas a obra ainda não está concluída. Disse ainda que a empresa garantiu a conclusão da obra para o dia trinta e um de outubro. No entanto, a informação que disse ter da CCDR é que, apesar desta entidade querer que a execução da obra seja o mais rápido possível e que todos os Municípios, cumpram, até ao final deste ano, integralmente a execução do Programa Operacional do Norte, o prazo tem vindo a ser prorrogado, inicialmente tinha sido até trinta de junho, depois para

S.



R.

*[Handwritten signature in blue ink]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

trinta de setembro e agora o prazo tinha passado para trinta de novembro. O Senhor Presidente esclareceu depois que a garantia do empreiteiro será terminar a obra em trinta de outubro e que se eventualmente ficarem alguns trabalhos por concluir, ainda poderão terminar até ao máximo trinta de novembro. Informou ainda que o Senhor Diretor do Agrupamento tem acompanhado estes trabalhos e estes "timings" e que, na sequência das reuniões quinzenais que têm sido feitas com o empreiteiro, a obra teve avanços significativos, mas existiam dificuldades que hoje em dia todas as entidades tinham nas suas obras, ou seja, falta de mão-de-obra, escassez de matérias-primas, falta de entrega de equipamentos e mobiliário o que origina a falha de prazos. Continuando e respondendo ao Senhor Diamantino Mário Lopes, na qualidade de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, disse que é verdade que têm tido muitas dificuldades no pagamento daquilo que eram os seus compromissos e que tentavam ocorrer a todas as situações e com todos os contratempos que têm tido, não estava a ser nada fácil. Disse que já queriam ter tido a aprovação da revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, mas infelizmente ainda não a tinham, mas vão honrar os seus compromissos e os pagamentos serão feitos. Relativamente à questão da água de Soeima que o Senhor Diamantino Mário colocou, lembrou a todos os presentes que no ano anterior tiveram que transportar água para esta aldeia, na sequência da seca que houve e os Bombeiros aplicaram as taxas que tinham que aplicar e por isso o Município pagará essa fatura e honrará esse compromisso. Lembrou ainda que o Município tem apoiado sempre os Bombeiros e que, inclusive, foi conseguido um camião-cisterna para esta instituição que tanta falta fazia a toda a comunidade local e que no futuro, se voltar a haver falta de água, estarão melhor preparados para a transportar. De seguida e continuando a responder ao Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, o Senhor Presidente da Câmara disse que, relativamente aos transportes, tiveram que fazer alguns acertos, reformular o protocolo, pois teve de ser reforçado, uma vez que essa verba tinha esgotado e também por isso é que houve alguns atrasos. Esclareceu que relativamente aos transportes de doentes oncológicos irão fazer com que todos os meses sejam pagos. Por fim e respondendo à questão do sinal "STOP", disse que de facto o Senhor Diamantino Mário já tinha enviado um *e-mail*, do qual tomaram boa nota e brevemente o Senhor Vereador irá marcar uma reunião da Comissão Municipal de Trânsito. Lembrou que aquele sinal tinha sido colocado na sequência de decisão tomada por unanimidade na referida Comissão de Trânsito, mas será novamente discutido nesta Comissão. Quanto às lâmpadas led disse que ainda não conseguiram chegar a todas as aldeias do Concelho, mas já faltavam poucas, isto porque houve a necessidade de priorizar as aldeias maiores, com mais consumos, em virtude do custo da energia ter sofrido um aumento muito grande e, como tal, centraram os trabalhos em Alfândega da Fé, pois era onde havia maior consumo, fazendo por isso a maior substituição de luminárias na sede do Concelho. Informou depois que a EDP, durante o próximo ano, irá concluir todo o Concelho com a colocação de lâmpadas leds. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo e relativamente à questão relativa ao Programa Mais Economia, disse que fizeram a cerimónia de assinatura dos contratos no final do mês de julho e comprometeram-se a pagar no mês de agosto, mas que isso não tinha sido possível. No entanto, informou que as ordens de pagamento estavam feitas e assinadas e que serão pagas no próximo dia dois de outubro, ficando por isso esse compromisso cumprido, disse. Informou ainda que, com este programa, tinham ajudado a criar dezoito importantes postos de trabalho no nosso Concelho. Quanto à segunda questão colocada pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo, relativamente à obra da Casa do Arcebispo, ou seja, o Museu Municipal, informou que acordaram a revogação do contrato de empreitada, sem custos para ambas as partes, cancelando também o Visto do Tribunal de Contas desta obra. Informou ainda que brevemente irão sair novas diretrizes da CCDR, já para preparar o fecho deste Quadro Comunitário e a abertura do próximo e havia uma boa notícia que era a de que os projetos que não forem superiores a um milhão de euros e que não estejam concluídos, poderão transitar para um regime especial. Respondeu depois à outra pergunta colocada pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo, relativamente ao pagamento dos Autos desta obra, dizendo que os mesmos estavam pagos e que esta obra estava identificada no Plano de Ação do próximo Quadro Comunitário e, por isso, os trabalhos irão ser retomados sem quaisquer penalizações, ficando toda a gente a ganhar, disse. -----



S.



R.

*[Handwritten signature]*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção, respondendo depois às questões colocadas pelo Senhor Deputado Daniel Martins. Relativamente às lombas, disse que foram colocadas na sequência de um pedido da população que vivia e circulava naquela avenida, porque há algum tempo atrás, naquela avenida os carros circulavam a grande velocidade e era uma localidade onde passavam crianças e adultos várias vezes ao dia, e não tinham passadeiras, por isso esta obra era necessária. Contudo, disse que reconhecia que esta obra não tinha sido "feliz", pois houve uma falha da parte do Executivo e do projetista, na medida em que as lombas não precisavam de ficar tão altas. Entretanto, explicou que havia duas lombas que de facto estavam muito altas, identificando-as, tendo uma delas ficado ligeiramente corrigida com a colocação do novo asfalto. Esclareceu ainda que a lomba mais próxima dos prédios das "Portas da Vila", irá brevemente ficar corrigida, tendo depois explicado que não tinha sido por vontade deste Executivo que elas ficassem tão altas, nem mesmo a forma como estavam iluminadas e por isso entendeu que o que não estava bem devia ser corrigido. Continuando, referindo-se ao balanço da Festa da Cereja solicitado pelo Senhor Deputado Daniel Martins, o Senhor Presidente informou que ainda não tinha esse documento e disse que irá pedir à equipa que estava com este assunto, para na próxima Assembleia Municipal poder estar presente na informação do Presidente, pois era uma informação pertinente, disse. De seguida, informou também que não tinha informação sobre os redutores de caudal que foram disponibilizados a todos os habitantes do Concelho, mas estavam a trabalhar nesse assunto, na medida em que iam ter de fazer um trabalho exaustivo por causa da possível verticalização do sistema da água e também estavam a fazer o trabalho de monitorização dos consumos da água para poderem tomar decisões proximamente. Relativamente à questão dos copos da Festa da Cereja, o Senhor Presidente da Câmara disse que no próximo ano irão continuar a ser amigos do ambiente e também "amigos da carteira" de quem bebe um copo de cerveja. Depois corrigiu que esses copos não tinham custado dois euros mas sim um euro, mas que mesmo assim era muito caro, comprometendo-se a tratar este assunto no próximo ano de forma melhor. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu todas as questões colocadas pelos Senhores Deputados nesta Assembleia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período antes da ordem do dia e passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia e que a seguir se descreve: -----

### ----- 3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento) -----

#### ----- a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, por sua vez, remeteu para a informação, datada de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e três, previamente enviada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. Disse depois que este documento vinha com um formato mais profundo e com mais informação, tendo na parte final um relatório interessante relativo ao Urbanismo, com os resultados, dos últimos nove anos, dos processos que entraram na Câmara Municipal, revelando que essencialmente, neste último ano, havia um aumento significativo do número de processos a entrar, o que era bom, revelando alguma dinâmica e vontade de investir no nosso território, apesar de todas as dificuldades, disse. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara informou que também tinham disponível um relatório sobre as atividades de ATL de Verão, que revelava a importância deste trabalho e de tudo o que tinha sido feito com as nossas crianças, sendo este serviço uma resposta fundamental para as famílias. Entretanto, disse que este documento também trazia alguns números que deveriam fazer pensar, dando depois o exemplo de que no mês de julho tiveram cento e vinte e sete inscrições para as atividades de ATL, mas só oitenta e duas crianças tinham participado, ou seja, apenas tiveram uma adesão efetiva de 65% (sessenta e cinco por cento). Depois disse que no mês de agosto tiveram setenta e três inscrições e só tinham participado cerca de trinta e oito crianças, ou seja, tiveram uma taxa de participação de 52% (cinquenta e dois por cento). O Senhor Presidente da Câmara explicou que aquela informação era importante, pois quando investiam em recursos humanos, para poderem dar muitas atividades às crianças, ficaram depois um pouco defraudados

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

por perceberem que afinal as famílias arranjaram soluções e por isso não foram para o ATL, lamentando que esse não era o objetivo. Disse também que este documento tinha relatórios e questionários que fizeram às famílias e às crianças para poderem perceber o grau de satisfação das mesmas, mas, no geral o balanço era positivo. O Senhor Presidente da Câmara remeteu depois para a parte final do documento, onde estava um plano com ações corretivas, derivado da auditoria externa que tiveram, no âmbito do processo da Qualidade do Município, tendo sido apontadas questões que estavam a ser corrigidas. Deu depois os parabéns à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos por terem disponibilizado uma informação com um conteúdo mais vasto. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara realçou a situação financeira do Município, dizendo que esta era extremamente difícil, pois ainda não tinham a revisão do Programa de Ajustamento Municipal aprovada. Lembrou que há um ano atrás disse que não iriam conseguir cumprir com o Plano de Ajustamento, admitindo que de facto não tinham cumprido. Lamentou o facto do ano de 2023 (dois mil e vinte e três) continuar a ser um ano mais difícil do que aquilo que tinham previsto em 2022 (dois mil e vinte e dois), porque esta revisão ainda não estava em vigor. Para além disso, disse que os juros estavam a aumentar mais do que aquilo que era expectável, na medida em que previam que o valor das taxas de juro seriam quinhentos mil euros, mas a realidade é que poderão chegar aos setecentos mil euros, ou seja, a prestação mensal já aumentou para cerca de sessenta mil euros. Informou também que a massa salarial, apesar de terem saído, durante o ano, um total de vinte e seis funcionários, continua a aumentar face àquilo que eram os aumentos dos salários da função pública e não recebem os respetivos aumentos nas transferências do Estado. Para além disso, informou que também não tiveram acesso à linha BEI, cuja candidatura foi aprovada há um ano nesta Assembleia. Explicou que esta Linha serviria para compartilhar todo o esforço de investimento que estavam a fazer nas grandes candidaturas, como as obras da Zona Industrial, da Escola, do Lagar D'El Rei e também do Bairro Social e, na realidade, estas obras estavam a ser feitas à custa da tesouraria da Câmara e à custa das dívidas a curto prazo. O Senhor Presidente da Câmara disse que têm expectativa de que a Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal seja aprovada brevemente, assumindo depois que já tinham decidido não recorrer à Linha BEI, pois o FAM – Fundo de Apoio Municipal tinha comunicado ao Município que estava com dificuldades em enquadrar esta Linha na Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal e que, obviamente, não querem fazer nada que não esteja no quadro legal, disse, sendo ele o primeiro a não querer até porque era o responsável pelas decisões que vinham a esta Assembleia Municipal. Disse depois tem esperança que com a revogação do contrato da empreitada da Casa do Arcebispo, o financiamento que estava disponível para esta obra, possa vir a servir para reforçar duas obras onde têm financiamento abaixo dos 85 % (oitenta e cinco por cento), ou seja as obras da Zona Industrial e da Escola Secundária. Concluiu lamentando que a situação financeira estava difícil por estes motivos atrás referidos e que quando tiverem a revisão aprovada, poderão estruturar um quadro diferente e reestruturar toda a dívida a médio e longo prazos, passando-a para o FAM, com uma taxa fixa de 0.95% (zero ponto noventa e cinco por cento), pois naquele momento a taxa fixa já superava os 5% (cinco por cento), o que, de facto, eram custos quase "intransponíveis" que tinham de pagar mensalmente e que obviamente origina muitas dificuldades. Entretanto, disse ainda que com esta Revisão poderão sanear toda a dívida a curto prazo e depois poderão fazer uma re-calendarização dos investimentos existentes e serem mais prudentes, admitindo que o facto de terem sido muito otimistas nos últimos dois anos, a verdade é que todos sabem que estas condições vieram para ficar e por isso terão de tomar outras medidas também para poderem arrecadar mais receita. -----

----- Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara falou sobre uma decisão que tinha sido tomada, em sede de reunião de câmara, na semana anterior, relativamente ao processo das Barragens da EDP ao Grupo ENGI. Disse que, como todos sabiam, através da comunicação social, que o Movimento Cultural Terras de Miranda moveu um processo-crime contra as empresas que tinham feito este negócio, e ainda bem que o fizeram, disse, pois havia uma tentativa clara de fuga ao fisco e de fazer passar uma venda de seis barragens por um trespasse. Informou também que este processo estava a decorrer no DCIAP, em Lisboa, e tinha sido solicitado por este Movimento que os Municípios, abrangidos por aquelas seis barragens, se pudessem constituir como assistentes deste processo. O Senhor Presidente da Câmara

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

esclareceu depois que o Município de Alfândega da Fé participou, desde a primeira hora, em todas as reuniões para as quais tinha sido convocada no sentido de discutir este assunto. Entretanto, disse, na sequência da assinatura de um comunicado, em novembro de 2020 (dois mil e vinte), tiveram uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente, daquela altura, e puderam fazer o roteiro dos investimentos para as Terras de Miranda, Sabor e Foz-Tua e informou que, deste roteiro, saiu um relatório final, de um grupo de trabalho que tinha sido criado, para poderem trabalhar também as questões dos impostos municipais e dos impostos devidos por aquele negócio. Explicou depois que decidiram levar a proposta a reunião de câmara, no sentido de se constituírem assistentes naquele processo, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara quis esclarecer que nada os movia contra ninguém, pessoalmente, nem contra as instituições, pois o que querem é que haja verdade e que seja apurada a natureza deste negócio, que sejam pagos, ao território, os impostos devidos e que por isso querem ir, juntamente com os outros nove Municípios, reunir com o DCIAP, no sentido de acelerarem o processo e que o Senhor Juiz o separe em dois processos, sendo um referente aos impostos e outro à parte criminal, pois aquilo que querem é que os impostos sejam pagos ao território e que esse dinheiro venha. Informou que no que diz respeito ao Imposto de Selo, o valor a receber, caso seja dada razão ao Movimento Terras de Miranda, será de cento e dez milhões de euros que virão para o território. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se aos projetos de regadio, dizendo que a Barragem de Gebelim tinha sido reforçada e que no dia anterior a esta Assembleia Municipal tinha aberto o procedimento concursal para a fiscalização daquela obra, uma vez que não podia começar sem terem escolhido a empresa que irá fazer a sua fiscalização, sendo este um processo que esperam poder encerrar no prazo de trinta dias e que a obra possa iniciar durante o mês de novembro. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara informou também que houve uma prorrogação do prazo para a execução do PT2020 até trinta de novembro, sendo que os pedidos de pagamento, com despesas já pagas, poderão ser feitos até quinze de dezembro, o que para eles eram boas notícias, disse. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções dos Senhores Deputados e não se verificaram inscrições para intervir. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor desta informação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

### ----- **b) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM E ADENDA AO CONTRATO) - 2º TRIMESTRE DE 2023 – PARA CONHECIMENTO** -----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, pedindo autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de poder falar deste ponto e das alíneas e) e f) em simultâneo, uma vez que eram os três são para conhecimento e estavam relacionados entre si. O Senhor Presidente da Assembleia colocou este pedido à consideração da Assembleia Municipal que por sua vez também autorizou. Assim relativamente aos pontos atrás mencionados, o Senhor Presidente da Câmara informou que se tratava de assuntos relacionados com a situação financeira do Município e que traduzem as dificuldades e o não cumprimento de metas previstas no Programa de Ajustamento Municipal que já tinha informado anteriormente. Explicou novamente que estavam a trabalhar na proposta de revisão ao referido programa e que, inclusivamente, esta proposta tinha sido submetida à consideração do FAM há cerca de um mês. Disse que têm estado a responder a pedidos que esta entidade tem solicitado, esperando que durante o mês de outubro possa ser convocada uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal para aprovar a referida Revisão, para depois poderem sanear a situação financeira do Município e poderem "olhar para o futuro com mais tranquilidade", disse. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções dos Senhores Deputados e não se verificaram inscrições para intervir. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do teor desta informação. -----

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Eduardo Tavares'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

### ----- c) **REVOGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NO ÂMBITO APROVAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS À LINHA BEI PT 2020 AUTARQUIAS, QUE TEM COMO OBJETIVO FINANCIAR A CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO APROVADOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020 – PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, explicou que se tratava de uma proposta de revogação destas deliberações que tinham sido aprovadas nesta Assembleia Municipal, uma vez que não era vontade deste Executivo avançar com a contratação dos empréstimos aprovados na Linha BEI, na Agência para o Desenvolvimento e Coesão. O Senhor Presidente da Câmara lembrou que, há um ano atrás, tinham tomado a decisão de aprovar este financiamento, pois previam aquilo que está a acontecer, ou seja, o aumento das taxas de juro e dos preços dos produtos e, por isso, entenderam que este financiamento seria necessário, mas devido aos problemas no enquadramento deste financiamento na revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, não irão avançar com esta Linha e que por isso vinha para ser revogada. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, proceder à revogação das deliberações tomadas nas sessões ordinárias de dez de setembro de dois mil e vinte e dois e dezassete de dezembro de dois mil e vinte dois, sobre o mesmo assunto, de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5523 (cinco mil quinhentos e vinte e três) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

### ----- d) **TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2024, APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO, E ENVIO AO ÓRGÃO DELIBERATIVO PARA SE PRONUNCIAR NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo explicado que, para além da Revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, irão ser novamente forçados a tomar medidas mais duras, e que estavam ao seu alcance através dos Regulamentos Municipais e também porque eram as competências do Município, no sentido de reforçar as receitas. Por isso é que traziam uma proposta de fixação de uma taxa que, desde sempre, o Município de Alfândega da Fé entendeu deveria ser zero. Contudo, explicou que as regras tinham mudado e que para além da necessidade de aumentar a receita, a verdade é que com o Decreto-Lei nº 42/2016, que aprovava o Orçamento de Estado para 2017 (dois mil e dezassete) e através do artigo 85 (oitenta e cinco) foi criada uma medida-travão que impedia, e continuava a impedir, que as empresas de telecomunicações repercutam as taxas, que são imputadas pelos Municípios, nos consumidores. Disse que sobre este assunto tiveram a ajuda preciosa do nosso Presidente da Assembleia Municipal, também como Deputado da Assembleia da República, para esclarecer, junto do Governo, esta questão. Disse que a resposta não tinha gerado dúvidas e que efetivamente as empresas não podiam repercutir as taxas nas faturas dos consumidores e, uma vez que não podem, atendendo ao contexto difícil que o Município vive, decidiram apresentar esta proposta de fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem no nosso Concelho em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento). Entretanto disse que não sabem os montantes que irão arrecadar com a aplicação desta taxa, pois só a ANACOM é que poderá calcular este valor e só em 2024 (dois mil e vinte e quatro) o poderão saber. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que foram recebidos três acórdãos do Tribunal Administrativo que tiraram as dúvidas que ainda poderiam existir, dando razão aos consumidores no sentido de que essas taxas não poderiam ser cobradas nas suas faturas e por isso tomaram esta decisão, disse. No entanto, disse que irão estar atentos e, caso esta

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

taxa venha a repercutir-se nas faturas dos consumidores, irão reclamar de forma judicial, pois as normas do Orçamento de Estado de 2017 (dois mil e dezassete) mantêm-se em vigor. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 25 (vinte e cinco) membros presentes, conforme documento registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5519 (cinco mil quinhentos e dezanove) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), aprovar a proposta de percentual a aplicar em 2024 (dois mil e vinte e quatro), em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

### ----- e) **PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL -1º SEMESTRE 2023 - PARA CONHECIMENTO** -----

----- A explicação desta alínea consta na alínea b). -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do parecer do Revisor Oficial de Contas mencionado, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5520 (cinco mil quinhentos e vinte) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

### ----- f) **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 1º SEMESTRE DE 2023 DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS - PARA CONHECIMENTO** -----

----- A explicação desta alínea consta na alínea b). -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do parecer do Revisor Oficial de Contas mencionado, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5521 (cinco mil quinhentos e vinte e um) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

### ----- g) **PROPOSTA DE MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2023 -18ª ALTERAÇÃO, 4ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO OM/GOPS 2023 – PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – REVISÃO ORÇAMENTAL - PARA APRECIACÃO E VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, colocando-lhe o desafio de falar acerca deste ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu e explicou que era a décima oitava alteração que faziam ao Orçamento Municipal e que era a quarta alteração modificativa, ou seja, disse que esta proposta será para rever "em baixa" o nosso investimento, fruto do que está a acontecer, como é o caso da revogação da obra da Casa do Arcebispo, que estava previsto fazer esta obra na totalidade ainda no corrente ano, os atrasos significativos na execução da Estratégia Local para a Habitação, no âmbito do Programa 1º Direito, onde também estava alocada uma verba de cerca de setecentos mil euros. Para além disso, disse que também tinha havido uma série de alterações em outros investimentos e daí resultar esta revisão de cerca de um milhão, cento e vinte e três mil euros, disse. Explicou que fazem sempre estas alterações modificativas para poderem, no final do ano, cumprir com a boa norma de terem uma taxa de execução de 85% (oitenta e cinco por cento). -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e perguntou se alguém pretendia inscrever-se para intervir sobre esta alínea. Inscreveu-se o Senhor Deputado Daniel Martins, a quem o Senhor Presidente deu a palavra. -----

----- Usou assim da palavra o Senhor Deputado Daniel Martins para dizer que entendia haver ali um paralelismo entre o que fazem as câmaras, neste caso, a Câmara de Alfândega da Fé, e o que faz o Estado, ou seja, vinha um Orçamento de Estado e tudo é feito, mas entretanto vinha o Ministro das Finanças e eis que "corta tudo", isto é, há uma cativação. Disse depois que no caso da Câmara de Alfândega da Fé o valor estava em menor escala mas era significativo, pois pelo que viu no documento, só no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três, a Câmara tinha feito 16 (dezasseis) protocolos com várias entidades, dando depois o exemplo de um protocolo com a Junta de Freguesia de

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Brás'.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Vilarelhos, para a realização da ampliação do Cemitério daquela freguesia, o protocolo para a construção de uma zona de lazer em Vilarchão, em Cerejais, a reabilitação de ETAR'S, melhoria dos acessos aos Lagos do Sabor, a Casa do Arcebispo, ou seja, obras importantes, e que de repente, no seu entendimento, "vão por água abaixo". Perguntou depois se estes protocolos passarão para os anos seguintes. Entretanto, o Senhor Deputado Daniel Martins disse que um bom gestor se deve preparar para os anos "das vacas magras" e que a Câmara, com base em perspetivas fantásticas, promete tudo a todos e depois, porque seria espetável, os juros subiram, bem como a inflação e nada poderá ser feito, pelo que terá de ser tudo adiado, defraudando assim as expectativas das várias entidades que colaboram com o Município, e isso preocupa, disse. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, interveio para explicar ao Senhor Deputado Daniel Martins, que cativações são uma limitação à despesa prevista e o que estava a ser discutido era uma redução, quer da receita, quer da despesa, para poder cumprir com a regra do equilíbrio orçamental, pelo que eram coisas distintas, disse. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, depois, o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, por sua vez, agradeceu e disse que ele não conseguiria dar a explicação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu tão bem e a justificação é mesma essa, ou seja, neste caso havia uma redução da receita, mas também da despesa e no caso do Programa do 1º Direito, esse projeto é financiado a 100% (cem por cento) e o Município não tinha nada a pagar, nem as pessoas têm alguma coisa a pagar, não fazendo, por isso, muito sentido dizer que "prometem tudo". Esclareceu que o que estava a acontecer era que havia um atraso significativo na aprovação da candidatura apresentada pelo Município de Alfândega da Fé, que já tinha sido revista inúmeras vezes e de facto, a transição do Programa 1º Direito para o PRR, tinha sido muito difícil e isso estava a provocar atrasos, sendo, por isso, necessário fazer as correções que estavam a ser feitas e tiveram que fazer uma re-calendarização das obras que tinham previstas, ou seja, serão feitas mais "para a frente" e para além disso têm que ser realistas, uma vez que sabem que não as vão executar, porque já não tinham tempo. Disse ainda que este trabalho tinha de ser feito para cumprir as normas e aquilo que era o equilíbrio orçamental que têm que cumprir. Explicou que este trabalho era feito em todo País e todos têm que se adequar à realidade. Esclareceu que não irão desistir de nenhum dos projetos que o Senhor Deputado Daniel referiu e que irão continuar a estar inscritos nas Grandes Opções do Plano, como projetos plurianuais. Explicou ainda que a necessidade que houve foi ajustar dinheiro de um lado para outro que fazia mais falta, explicando que a nossa Chefe de Divisão Financeira teve de "rapar" dinheiro de muitos projetos para cabimentar as prestações mensais à banca, porque elas tinham de ser pagas e os cabimentos têm que aparecer, disse, sendo por isso, um exercício que tinha de ser feito para o cumprimento da gestão pública. -----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Daniel Martins para dizer que parece ser urgente a Câmara conseguir renegociar os juros, através do FAM e perguntou depois quando achava que isso será possível, porque realmente, o facto de os juros estarem a aumentar daquela forma, ninguém conseguia sobreviver. O Senhor Presidente da Câmara lembrou que tinha dito que era sua vontade trazer a uma próxima Assembleia Municipal a Revisão do Programa de Ajustamento Municipal, o mais breve possível. Explicou também que, esta Revisão, para além de ter novos compromissos, no âmbito da arrecadação da receita e também da redução da despesa, também vai ter novos mecanismos, ou seja, vai permitir transitar a dívida que estava na banca para o mecanismo do FAM, onde irão poder usufruir de uma taxa de juro fixa de 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento). -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado Bruno Verissimo que, entretanto pediu para intervir. Perguntou, relativamente ao adiamento dos projetos atrás referidos, se os respetivos Presidentes de Junta tinham sido ouvidos e se concordavam com esta situação, uma vez que a maioria deles diz respeito às freguesias. Entretanto disse que se sentia defraudado porque o orçamento da Câmara tinha sido aprovado por unanimidade e não sabe até que ponto os presidentes de junta também não se sentirão, porque na altura era um orçamento ambicioso. Mesmo assim, disse que continuava a colaborar pois estes projetos eram importantes para as freguesias, no entanto, seria importante ouvir a palavra dos presidentes de junta e saber se concordam. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que obviamente os presidentes de junta se sentem defraudados, tristes e

S.



R.

*Handwritten signature in blue ink.*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

também estavam aborrecidos com este Executivo, mas reconhece que tem presidentes de junta que entendem a situação do Município e pontualmente vão falando com eles, e sabiam bem a sua situação financeira. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **MAIORIA**, dos 25 membros presentes, com 19 votos a favor e 6 abstenções dos membros Carlos Martins, Carlos Almendra, Daniel Martins, Bruno Veríssimo, Ivanete Escobar e Pedro Bravo, aprovar a Proposta de 18.ª Alteração - 4ª Alteração orçamental modificativa ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2023), conforme consta na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5522 (cinco mil quinhentos e vinte e dois) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

### ----- h) FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL PARA AS INSTALAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DA CIM-TTM - PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder explicar este assunto. Por conseguinte, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, informou que este assunto, à semelhança de anos anteriores, tem de vir a aprovação à Assembleia Municipal. Disse que se tratava da constituição de um Agrupamento de Municípios para posteriormente procederem à abertura do respetivo concurso. Explicou que, nos últimos anos, têm decidido fazer estes concursos em Agrupamento, no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes – CIM-TTM. Informou depois que no corrente ano o concurso irá ser ligeiramente diferente do Concurso do ano anterior, uma vez que no ano passado o concurso foi feito por um ano e para além da média tensão, baixa tensão especial e gás, vão este ano vão também incluir a baixa tensão normal. Por isso disse que vão abrir um concurso para concorrer ao mercado livre, no sentido de juntar a média tensão, baixa tensão especial e gás. Explicou que atualmente estava no mercado regular e o mercado livre, como é mais competitivo, é mais barato, disse. Para além disso, o concurso será também por um, mas com a possibilidade de ser renovável por mais um ano, isto também para conseguirem melhores condições de mercado do que as que têm tido até ao momento. Lembrou depois que no corrente ano estavam a quadruplicar os custos com aquela energia que é fornecida ao Município de Alfândega da Fé. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea h) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar a deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de doze de setembro de dois mil e vinte e três sobre o mesmo assunto e que a seguir se transcreve: *"aprovar a integração do Município, num agrupamento de entidades adjudicantes composto pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais e Vila Flor e das respetivas Associações de Municípios, nomeadamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, com vista ao procedimento de formação de um contrato de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial, Média Tensão e gás natural, sendo o representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, bem como nomear esta Associação como sua mandatária e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso – nomeadamente a elaboração das peças do procedimento e publicação de anúncio – prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, corrigir os erros e colmatar as omissões apontadas ao caderno de encargos, receber e analisar as propostas, cujo documento, aqui junto em minuta. Mais foi deliberado, também por **UNANIMIDADE**, aprovar as peças do procedimento, nomeadamente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, anexos ao mail enviado registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5334 (cinco mil trezentos e trinta e quatro) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três)."* -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte: -----

### ----- i) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO 2023-2024 – PARA CONHECIMENTO -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que este assunto provinha da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos e estava relacionado com os compromissos assumidos no âmbito dos encargos com a Educação para o ano letivo de 2023-2024 (dois mil e vinte e três – dois mil e vinte e quatro). Entretanto, o Senhor Presidente alertou para o facto de na informação constar ano letivo 2022-2023, (dois mil e vinte e dois - dois mil e vinte e três) mas deverão considerar e corrigir para 2023-2024 (dois mil e vinte e três – dois mil e vinte e quatro). Explicou depois que este assunto não teria de vir a esta Assembleia, mas sim à última Assembleia como uma listagem genérica das despesas, juntamente com outras despesas do Município de carácter plurianual, uma vez que no ano passado aprovaram, juntamente com o Orçamento Municipal, uma declaração para aprovarem genericamente os compromissos plurianuais, sendo que depois teria de ir uma listagem para conhecimento da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Câmara sugeriu que o assunto apenas fosse para conhecimento, uma vez que não fazia sentido que fosse aprovado. -----

----- Interveio depois o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que depois de ver a ordem de trabalhos falou com o Senhor Presidente da Câmara sobre a sua perspectiva relativamente a este assunto e a sua opinião era que o assunto não precisava de ser aprovado. No entanto, uma vez que o expediente deste ponto foi distribuído como sendo para aprovação, questionou a Assembleia Municipal no sentido de saber se algum membro se opunha ao assunto ser apenas para conhecimento e para além disso se alguém pretendia intervir sobre o mesmo. -----

----- Não havendo inscrições para intervir nem oposição a que este assunto fosse para conhecimento, a Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do teor da informação da Divisão Económica, Cidadania, Animação, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5056 (cinco mil e cinquenta e seis) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia desta sessão, passando de seguida para o ponto do Período de Intervenção do Público. Perguntou depois se havia alguma pessoa do público presente que quisesse intervir, não se tendo verificado nenhuma inscrição. -----

### 4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)

----- Não se verificaram intervenções. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todas e todos as/os Senhoras/es Deputados, bem como à sua participação dinâmica nesta sessão. Agradeceu também às três dezenas de pessoas que acompanharam os trabalhos da Assembleia através da página da rede social Facebook do Município, pois demonstra que há receptividade para estes temas, disse. Agradeceu ainda à Câmara Municipal, às senhoras secretárias e a todo o *staff* da Câmara Municipal, passando depois a palavra à senhora primeira secretária para proceder à leitura da minuta da ata. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito de imediato. -----

----- A minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e cinco deputados presentes. -----

----- Entretanto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiterou a preocupação que lhe foi transmitida pelos serviços municipais, no sentido das/os Senhoras/es Deputados que ainda não preencherem a Ficha de Registo de Interesses o façam o mais breve possível, pois é importante que seja feito, disse. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Carlos Alberto Silva Brás)



S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

A Primeira Secretária

Carla Franco

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila Branco

(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por unanimidade, na sessão da Assembleia Municipal de 09/12/2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Carlos Bras

(Carlos Alberto Silva Bras)

A Primeira Secretária

Carla Franco

(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária

Domitila Branco

(Domitila de Fátima Morais Branco)

